



As noções de sexo biológico como instrumento de transfobia

Dhiego Monteiro

No presente ensaio vamos refletir acerca de relações entre gênero e biologia. Mais precisamente, a respeito de uma das falácias da direita conservadora e LGBTI+fóbica que usa as ciências biológicas como aval e justificativa para transfobia. Através do projeto do mito da “ideologia de gênero”, criou-se o medo na população da suposta interferência na educação de crianças e adolescentes por parte de pessoas trans, com a intenção de transformá-las em seus iguais. Confabulou-se o mito de que estaríamos indo contra a ciência do sexo biológico ensinada na escola (e nas igrejas).

O argumento conservador a ser debatido pode ser ilustrado pelo ataque a pessoas trans por meio da seguinte frase: “*você pode fazer* [transição/se vestir de tal modo/cirurgia, etc.] *que vai continuar sendo* [macho/fêmea]”. Usa-se dos mitos criados acerca de “sexo biológico”, esse fixo, extremamente definido, sem falhas, e determinante, como uma verdade absoluta, algo que não se tem como fugir. E além, isso pressupõe que toda pessoa trans almeja chegar ao outro lado, no outro sexo oposto, pois para eles, sexo e gênero são a mesma coisa. A afirmação visa desvalidar pessoas trans e suas mudanças corporais com a crença de que elas nunca chegarão ao *status quo* dos cisgêneros, independente das suas vivências. O (cis)tema sabe da relação de poder existente e deixa isso bem explícito.

É interessante refletirmos sobre o que seria a tal ciência de que essa direita tanto se apropria. Não pretendo aqui ser contra a ciência – o que seria hipócrita de minha parte se o que eu faço no ensaio é justamente ela –, pelo contrário, me proponho a problematizar e refletir os conceitos. Acredito pessoalmente na importância da ciência, principalmente no atual contexto brasileiro de desvalorização da própria com as terríveis consequências presenciadas. E acredito também na urgência de pessoas trans ocuparem os espaços científicos e suas ferramentas para *fazer ciência*. Pois aqui é que está a questão: a ciência, diferente do que o senso comum conservador alega, não é algo estável e estático, é feita de movimentos, debates, refutações, adaptações e atualizações. Mas se torna difícil essa movimentação se ela é feita majoritariamente, desde o seu início, por homens cis diádicos brancos héteros urbanos eurocentrados/norte americanos, etc.



Precisamos nos fazer a seguinte pergunta: quem é essa ciência que criou o conceito biológico? Quando ela é feita através de apenas uma perspectiva, acontece a subalternização de todos os outros possíveis saberes. A ciência, então, serve apenas a interesses comuns de quem a detém como poder, e quem detém tal poder pode controlar os que não o possuem. A ciência é uma instituição, assim como a religião, a família, etc., que servem ao capitalismo e só vai assistir a outros interesses quando as minorias tomarem os seus meios.

Será que corpos fora da norma social foram e são levados em consideração pela ciência, quando se fala de biologia? Essa ciência supostamente universal é a mesma que considerou a homossexualidade como doença até 1990, a assexualidade até 2013 e a identidade de gênero até 2019. Podemos concluir que não.

Apesar de as ciências biológicas terem um papel fundamental na sociedade, precisamos estar atentos a quando esta estiver fazendo um desserviço, pois é feita de pessoas e pessoas sempre produzem a partir de sua posição social.

Pelos raciocínios apresentados anteriormente, podemos perceber que a biologia cunhou o conceito de sexo baseada e através de determinadas culturas, linguagens, perspectivas e vivências. Em contrapartida aos equívocos criados pelas ciências biológicas, as ciências sociais argumentam que sexo não é biológico e sim social, assim como gênero.

A finalidade não é negar que pessoas nasçam com corporeidades distintas e comuns entre elas, mas expor as intenções e consequências da ciência em agrupá-las em dois, baseadas unicamente em suas funções fisiológicas. É da binaridade que cria-se a noção de que quem foge dos quesitos esperados para se enquadrar em homem ou mulher, como pessoas trans e intersexo, por exemplo, são menos um ou outro, ou menos humano. Retornaremos mais à frente ao assunto.

Os estereótipos e papéis de gênero são tratados pelo conservadorismo como algo dado, não como desenvolvido através da história das culturas. Quando observamos alguém falar que uma pessoa do sexo biológico “feminino” deve usar pronomes femininos, por conta da biologia, existe implicitamente uma “mãe natureza”, “a entidade biologia” que ordena uma linguagem, (algo cultural) que nada tem a ver com funções fisiológicas.

Em entrevista ao jornal francês “Le Nouvel Observateur”, publicada na sua edição de 15/12/2013, Judith Butler conversa sobre o papel das teorias sociais ao falar



de sexo biológico. Para ela, deve-se teorizar a sua relação com a linguagem:

Acredita-se que a definição do sexo biológico é uma evidência. Na realidade, ela sempre foi objeto de controvérsias entre os cientistas. Perguntam-me frequentemente se eu admito a existência do sexo biológico. Implicitamente, dizem “realmente, tem que ser louco para dizer que isso não existe”. E, é verdade, o sexo biológico existe. Ele não é uma ficção, nem uma mentira, nem uma ilusão. Simplesmente, sua definição necessita de uma linguagem e de um contexto teórico – aspectos que por princípio podem ser contestados e que o são. Nós nunca temos uma relação simples, transparente, inegável com o sexo biológico (inegável no sentido de certa, conforme). Nós temos que passar pelo âmbito discursivo, e é esse processo que interessa à teoria do gênero.

Características biológicas como órgãos reprodutores, cromossomos, traços faciais, voz, entre outros, são nomeadas como masculino ou feminino, desconsiderando-se totalmente que “masculino” e “feminino” são termos carregados de símbolos, histórias e valores culturais que vão para além das funções reprodutivas ou fisiológicas. Quando se fala, por exemplo, que um homem trans que passa por um processo de gestação está desempenhando uma função maternal, desconsidera-se que maternidade não é o fenômeno de engravidar, engravidar é uma capacidade biológica. Mães adotivas também estão maternando. Maternidade é, então, o papel social de criação de alguém por uma mulher. Engravidar pode fazer parte do que a cultura chama de maternidade, mas não obrigatoriamente, pois as experiências sociais de um homem engravidar são diferentes de uma mulher; e uma mulher pode maternar sem engravidar.

Compreendemos então que um homem trans ao engravidar não deixa de ser um homem, mas por que não devemos chamá-los de fêmeas? Um homem trans engravidar ou uma mulher trans engravidar outra pessoa é para muitos uma prova do sexo biológico agindo. Já refletimos acerca do termo “sexo biológico”, vamos agora retomar o parágrafo em que falamos que pessoas que fogem dos conceitos estabelecidos para corpos são consideradas menos humanas.



Em uma rápida revisitação em nossa linguagem do dia a dia, podemos entender a problemática de usar os termos que remetem à condição de animal, como macho e fêmea para ofender pessoas trans, para além das questões de desrespeito óbvias. Quando alguém quer ser capacitista, academicista, elitista, diz: burro, anta, asno, cavalo; quando quer ser homofóbico ou sexista, diz: viado, libélula, gazela; quando quer ser machista ou misógino, diz: vaca, égua, cavala, cachorra, piranha; quando quer ser racista: macaco ou animal selvagem.

Apesar de eu não considerar seres humanos superiores a outros animais, pois estou ciente do especismo, também estou ciente dos efeitos políticos do processo de animalização de pessoas. Animalização é usada pela ciência para a opressão e exploração das minorias, pois, nessa lógica, é justificável que não-humanos sejam oprimidos, é só observar a violência que os animais recebem na sociedade capitalista por serem considerados não-humanos.

Essa lógica está presente em opressões a diversas minorias. Pessoas com deficiências intelectuais são consideradas menos humanas pela visão capacitista de que o ser humano é medido pelo “raciocínio” e que é isso que nos difere de outros animais; os anos de exploração de povos africanos e nativos brasileiros são justificados pela ciência eugenista que alegava que apenas brancos eram humanos; o machismo e a misoginia foram pautados na ideia de que o corpo dito como feminino era inferior, e que a capacidade de engravidar fazia de mulheres cis máquinas de reprodução; além dos casos de controle de corpos LGBTI+ já citados aqui. É significativo que, apesar de certas ideias não ocuparem mais lugar em livros de ciências biológicas, as ideias se perpetuam atualmente e ainda são manejadas pelo conservadorismo.

Mediante as presentes problematizações, nos resulta a noção de importância de refletir acerca de ideias, termos e conceitos prontos, propagados sem análise prévia, ainda que advindas da ciência. Também entendemos que para combater o conservadorismo é necessário conhecer suas lógicas de trabalho, pois os projetos atuais bebem em opressões estabelecidas há tempos e que podemos fazer pequenas (na verdade se tornam grandes) mudanças. E, por fim, é de extrema importância ponderarmos sobre nossas falas, principalmente se elas se assemelham ao discurso da direita conservadora.